

# CLIPPING

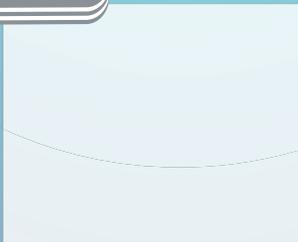


## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br  
www.tce.go.gov.br  
3228-2699





## Coronavírus muda rotina do Poder Judiciário em Goiás - DIREITO E JUSTIÇA

A confirmação da doença Covid-19 em **Goiás** provocou mudanças na rotina dos tribunais estaduais e órgãos do Poder Judiciário, além da seccional goiana da OAB. Eventos públicos com aglomeração de pessoas foram cancelados ou adiados, como fez o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** com o Ouvidoria Day. No Tribunal de Justiça (TJ-GO), entretanto, foram mantidas as audiências e sessões do Tribunal do Júri, mas com presença restrita. O TJ também autorizou o home office de servidores que estão no grupo de risco da doença. A mesma medida foi adotada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT-GO), que seguiu as diretrizes do TST e liberou os servidores, estagiários e magistrados a realizarem trabalho remoto, com prioridade para os mais idosos. Como no TJ, a Justiça do Trabalho limitou o acesso nas sessões de julgamento. O Tribunal Regional Eleitoral não divulgou mudanças.

### OAB-GO

A seccional goiana da OAB vai parar algumas atividades, na próxima semana por causa da Covid-19. Eventos, como posse, reuniões de comissões na sede e entrega de carteiras profissionais serão suspensos. A pausa vai de segunda (16), a sexta-feira (20). A exceção engloba reuniões do Conselho Pleno, das Câmaras e do Tribunal de Ética e Disciplina (TED).



## Coronavírus muda rotina do Poder Judiciário em Goiás - DIREITO E JUSTIÇA

14/03/2020 - 05:00

### Coronavírus muda rotina do Poder Judiciário em Goiás

A confirmação da doença Covid-19 em Goiás provocou mudanças na rotina dos tribunais estaduais e órgãos do Poder Judiciário, além da seccional goiana da OAB. Eventos públicos com aglomeração de pessoas foram cancelados ou adiados, como fez o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** com o Ouvidoria Day. No **Tribunal de Justiça (TJ-GO)**, entretanto, foram mantidas as audiências e sessões do Tribunal do Júri, mas com presença restrita. O TJ também autorizou o home office de servidores que estão no grupo de risco da doença. A mesma medida foi adotada pelo **Tribunal Regional do Trabalho (TRT-GO)**, que seguiu as diretrizes do TST e liberou os servidores, estagiários e magistrados a realizarem trabalho remoto, com prioridade para os mais idosos. Como no TJ, a Justiça do Trabalho limitou o acesso nas sessões de julgamento. O **Tribunal Regional Eleitoral** não divulgou mudanças.

### OAB-GO

A seccional goiana da OAB vai parar algumas atividades, na próxima semana por causa da Covid-19. Eventos, como posse, reuniões de comissões na sede e entrega de carteiras profissionais serão suspensos. A pausa vai de segunda (16), a sexta-feira (20). A exceção engloba reuniões do Conselho Pleno, das Câmaras e do **Tribunal de Ética e Disciplina (TED)**.

### Defensoria Pública

A Defensoria Pública de Goiás solicitou ao Juizado da Infância e Juventude da capital uma avaliação dos adolescentes infratores, que estão nos Cases. A ideia é avaliar a possibilidade de extinção da medida, continuidade de cumprimento em meio aberto ou regime de internação domiciliar dos adolescentes infratores por causa do coronavírus. Enquanto isso, o órgão suspendeu todos os atendimentos até o dia 27 de março. Os servidores vão trabalhar por meio de escala ou home office.

### MP-GO

O Ministério Público de Goiás, assim como outros órgãos públicos, passou a orientar servidores e membros que viajaram recentemente para países com foco de transmissão do novo coronavírus, a não comparecerem ao órgão e ingressarem com a licença-saúde em caso de sintomas, ou mesmo realizar o trabalho em casa (teletrabalho). Até o momento, três servidores já adotaram as novas medidas. Eventos que reuniriam grande número de pessoas também já foram cancelados. Já a visita pública e o atendimento presencial do público externo serão suspensos temporariamente. O MP informou que vai fazer o atendimento por meio eletrônico ou via telefone.

### Ponto de Informações

### Outros Órgãos

Órgãos federais em Goiás vão seguir determinações de Brasília. MPF, AGU, DPU, entre outros, devem adotar o home office para servidores, resguardando um quantitativo mínimo de pessoal para garantir a manutenção do atendimento presencial em sistema de rodízio.

### Vaga no TRE-GO

Eleição no Órgão Especial do **Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO)** escolheu o juiz José Proto de Oliveira para ocupar a vaga de Juiz Membro do **Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO)**. O suplente será o juiz Altair Guerra da Costa. A eleição foi por votação secreta, em sessão ordinária na última quarta-feira (12).

### Prova adiada

O teste do processo seletivo para a contratação de estagiários no TJ-GO foi suspenso por tempo indeterminado. A prova seria realizada no domingo.



## Estado prevê R\$ 23 bi de renúncia de ICMS até 2022

*Incentivos e benefícios fiscais devem representar 93,5% de todo o volume previsto para deixar de ser arrecadado nos próximos três anos; CPI aponta falta de "medidas de compensação"*

15/03/2020 - 23:00

A renúncia tributária de Goiás com incentivos e benefícios fiscais deve representar 93,5% de todo o volume previsto para o que o Estado deixe de arrecadar de ICMS nos próximos três anos. Dos R\$ 24,6 bilhões de que o Estado deve abrir mão até 2022, R\$ 23 bilhões dizem respeito a esse tipo de imposto, sendo R\$ 9,5 bilhões de créditos outorgados, R\$ 7,3 bilhões com Fomentar e Produzir, R\$ 3,7 bilhões de redução de base de cálculo, R\$ 1,3 bilhão com isenções e R\$ 1 bilhão com anistias.

Os dados constam no Orçamento estadual aprovado para este ano. A previsão daquilo que o Estado deixará de arrecadar, no total, é de R\$ 8,2 bilhões tanto neste ano quanto nos dois seguintes. A Secretaria de Economia afirma que os valores são iguais porque representam a renúncia fiscal nominal goiana e que o valor da renúncia real deve ser menor, visto que há previsão de maior arrecadação total.

Ao todo, Goiás deve deixar de arrecadar R\$ 7,6 bilhões de ICMS por ano, sendo o restante da renúncia composta por isenções (R\$ 329 milhões), redução da base de cálculo (R\$ 197,7 milhões) e anistias (R\$ 3,1 milhões) de IPVA e (R\$ 2,9 milhões) de ITCD. No caso do IPVA, o maior montante da renúncia vem de isenções dadas a automóveis com mais de 15 anos de idade (R\$ 281,2 milhões).

Os dados, embora disponíveis nas leis que regulamentam o orçamento estadual (Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual), vêm à tona agora devido ao relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa que investigou a concessão de incentivos fiscais. O texto critica a falta de "medidas de compensação para a renúncia de receita", sobretudo em relação aos programas Fomentar e Produzir, que representam 31,7% de toda a receita de ICMS de que o Estado abre mão por ano.

Nota da Secretaria de Economia que acompanha os dados, porém, ressalta que a falta de compensações "não compromete as metas fiscais estabelecidas pelo Estado, uma vez que foram expurgados do cálculo da receita", conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O relatório também aponta a falta de demonstrativos que mostre a regionalização dos efeitos dos programas.

Essa regionalização é, aliás, criticada também pelo atual governo, que usa a questão como justificativa, por exemplo, para a criação de um novo programa de incentivos que substitua os existentes, o chamado ProGoiás. O projeto que o cria, porém, está parado na Assembleia desde o ano passado e sem previsão para ser colocado em votação.

**Crítica**

A divulgação da previsão de renúncia de receita por parte do Estado, embora atenda a exigência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), não é unanimidade entre especialistas. O economista e professor Aurélio Troncoso, por exemplo, afirma que "renúncia fiscal não existe". "São números fictícios. São previsões daquilo que o Estado deveria cobrar das empresas, que só se instalaram aqui por conta de incentivos fiscais", diz ele, que é ligado à classe empresarial.

De acordo com ele, os incentivos (caso dos programas) e benefícios (créditos outorgados e redução da base de cálculo) funcionam como atrativos industriais e servem para aumentar a receita do Estado. "Sem eles, a arrecadação seria menor."

Um dos pontos mais criticados no relatório da CPI dos Incentivos Fiscais, o crédito outorgado deve representar uma renúncia de receita a Goiás de aproximadamente R\$ 9,5 bilhões até 2022. O valor representa 41,3% de toda a renúncia de ICMS em três anos.

O relatório aponta que, nos últimos anos, apenas 1,59% do total de créditos outorgados foram condicionados a alguma contrapartida por parte das empresas - R\$ 328,9 milhões de R\$ 20,6 bilhões -, o que é criticado pela classe empresarial.

Como já mostrou O POPULAR, segundo o presidente executivo da Adial Goiás, Edwal Portilho, o Chequinho, esse tipo de benefício dá competitividade às empresas de Goiás em relação aos outros Estados e têm como única contrapartida os 15% destinados ao Fundo de Proteção Social (Protege).



## Abrindo mão

Veja quais os setores que mais recebem concessões fiscais por parte do Estado

ICMS	Setores	Valores (R\$)
<b>Crédito outorgado</b>	Atacado	1,4 bilhão
	Indústria	1,6 bilhão
	Varejo	33,1 milhões
	Agropecuária	13,7 milhões
	Serviços	51,4 milhões
	Subtotal	3,1 bilhões
<b>Redução da base de cálculo</b>	Atacado	711,7 milhões
	Indústria	50,3 milhões
	Varejo	463,3 milhões
	Agropecuária	1,2 milhão
	Serviços	36,1 milhões
Subtotal	1,2 bilhão	
<b>Isenção</b>	Atacado	62,4 milhões
	Indústria	46,8 milhões
	Varejo	276,1 milhões
	Agropecuária	18,7 milhões
	Serviços	35,6 milhões
Subtotal	439,8 milhões	
<b>Fomentar/Produzir</b>		2,4 bilhões
<b>Anistia</b>		357 milhões
<b>Total: R\$ 7,6 bilhões</b>		

IPVA	Setores	Valores (R\$)
<b>Isenção</b>	Automóvel 1000cc	31,9 milhões
	Motocicleta 125cc	6,7 milhões
	Portadores de deficiência	7,1 milhões
	Isento por idade	281,2 milhões
	Mototáxi	93,1 mil
	Ônibus ou micro-ônibus de turismo	1,6 milhão
	Ônibus ou micro-ônibus escolar	824,8 mil
Subtotal	329,7 milhões	
<b>Redução da base de cálculo</b>	Táxi	3,8 milhões
	Veículos 0 km	193,8 milhões
	Subtotal	197,7 milhões
<b>Anistia</b>		3,1 milhões
<b>Total: R\$ 530 milhões</b>		
ITCD	Valores (R\$)	
<b>Anistia</b>	2,9 milhões	
<b>Total de renúncias de receita: R\$ 8,2 bilhões</b>		



# Estado prevê R\$ 23 bi de renúncia de ICMS até 2022

**RECEITA** Incentivos e benefícios fiscais devem representar 93,5% de todo o volume previsto para deixar de ser arrecadado nos próximos três anos; CPI aponta falta de “medidas de compensação”

Marcos Nunes Carreiro  
marcos.carreiro@opopular.com.br

A renúncia tributária de Goiás com incentivos e benefícios fiscais deve representar 93,5% de todo o volume previsto para o que o Estado deixe de arrecadar de ICMS nos próximos três anos. Dos R\$ 24,6 bilhões de que o Estado deve abrir mão até 2022, R\$ 23 bilhões dizem respeito a esse tipo de imposto, sendo R\$ 9,5 bilhões de créditos outorgados, R\$ 7,3 bilhões com Fomentar e Produzir, R\$ 3,7 bilhões de redução de base de cálculo, R\$ 1,3 bilhão com isenções e R\$ 1 bilhão com anistias.

Os dados constam no Orçamento estadual aprovado para este ano. A previsão daquilo que o Estado deixará de arrecadar, no total, é de R\$ 8,2 bilhões tanto neste ano quanto nos dois seguintes. A Secretaria de Economia afirma que os valores são iguais porque representam

a renúncia fiscal nominal goiana e que o valor da renúncia real deve ser menor, visto que há previsão de maior arrecadação total.

Ao todo, Goiás deve deixar de arrecadar R\$ 7,6 bilhões de ICMS por ano, sendo o restante da renúncia composta por isenções (R\$ 329 milhões), redução da base de cálculo (R\$ 197,7 milhões) e anistias (R\$ 3,1 milhões) de IPVA e (R\$ 2,9 milhões) de ITCD. No caso do IPVA, o maior montante da renúncia vem de isenções dadas a automóveis com mais de 15 anos de idade (R\$ 281,2 milhões).

Os dados, embora disponíveis nas leis que regulamentam o orçamento estadual (Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual), vêm à tona agora devido ao relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa que investigou a concessão de incentivos fiscais. O texto cri-

tica a falta de “medidas de compensação para a renúncia de receita”, sobretudo em relação aos programas Fomentar e Produzir, que representam 31,7% de toda a receita de ICMS de que o Estado abre mão por ano.

Nota da Secretaria de Economia que acompanha os dados, porém, ressalta que a falta de compensações “não compromete as metas fiscais estabelecidas pelo Estado, uma vez que foram expurgados do cálculo da receita”, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O relatório também aponta a falta de demonstrativos que mostre a regionalização dos efeitos dos programas.

Essa regionalização é, aliás, criticada também pelo atual governo, que usa a questão como justificativa, por exemplo, para a criação de um novo programa de incentivos que substitua os existentes, o chamado ProGoiás. O projeto que o cria, porém,

está parado na Assembleia desde o ano passado e sem previsão para ser colocado em votação.

### CRÍTICA

A divulgação da previsão de renúncia de receita por parte do Estado, embora atenda a exigência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), não é unanimidade entre especialistas. O economista e professor Aurélio Troncoso, por exemplo, afirma que “renúncia fiscal não existe”. “São números fictícios. São previsões daquilo que o Estado deveria cobrar das empresas, que só se instalaram aqui por conta de incentivos fiscais”, diz ele, que é ligado à classe empresarial.

De acordo com ele, os incentivos (caso dos programas) e benefícios (créditos outorgados e redução da base de cálculo) funcionam como atrativos industriais e servem para aumentar a receita do Estado. “Sem eles, a

arrecadação seria menor.”

Um dos pontos mais criticados no relatório da CPI dos Incentivos Fiscais, o crédito outorgado deve representar uma renúncia de receita a Goiás de aproximadamente R\$ 9,5 bilhões até 2022. O valor representa 41,3% de toda a renúncia de ICMS em três anos.

O relatório aponta que, nos últimos anos, apenas 1,59% do total de créditos outorgados foram condicionados a alguma contrapartida por parte das empresas – R\$ 328,9 milhões de R\$ 20,6 bilhões –, o que é criticado pela classe empresarial.

Como já mostrou O POPULAR, segundo o presidente executivo da Adial Goiás, Edwal Portilho, o Chequinho, esse tipo de benefício dá competitividade às empresas de Goiás em relação aos outros Estados e têm como única contrapartida os 15% destinados ao Fundo de Proteção Social (Protege).



## Raquel Teixeira vai explicar obras de escolas não concluídas

Segundo o presidente da Comissão, Amauri Ribeiro (Patriota), há mais de 600 obras abandonadas em Goiás (governos estadual e federal, entre elas 19 são de escolas padrão século XXI

**HELTON LENINE**

Durante reunião da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga obras paradas em Goiás, o deputado estadual Amauri Ribeiro (Patriota), que preside a comissão, propôs o convite para a ex-secretária de Educação Raquel Teixeira prestar esclarecimentos sobre a paralisação em obras de escolas.

Os parlamentares estabeleceram a convocação da ex-secretária de Educação Raquel Teixeira para o próximo dia 17 de março (terça-feira), às 09 horas. "Como gestora ela é



Raquel Teixeira, ex-secretária de Educação

responsável! Então deverá explicar se foi por conta de contratos, falta de dinheiro ou superfaturamento dos contratos", diz Amauri Ribeiro.

A CPI das Obras Paradas também atualizou o número de obras abandonadas em Goiás. O número saltou das 182 obras em setembro do ano passado para 620 obras (governos estadual e federal) até agora. "A expectativa é que esse número aumente conforme os deputados intensifiquem as fiscalizações e as prefeituras nos informem sobre os abandonos em Goiás", pondera Amauri Ribeiro.

De acordo com levantamento preliminar apresentado

pelos secretários de Saúde e Educação do atual Governo, 15



Amauri Ribeiro (Patriota), deputado estadual

obras de unidades hospitalares e 19 de escolas do padrão século XXI não foram concluídas. Além destas, há também os casos de rodovias, praças, Credeqs, dentre outras obras públicas que estão abandonadas.

Os relatórios apresentados ainda apontam que apenas na Educação teriam sido gastos mais de R\$ 30 milhões com essas obras e a conclusão delas demandaria investimentos superiores a R\$ 40 milhões. Os números, que datam de orçamentos elaborados por governos passados, serão atualizados pela CPI.

Em Santo Antônio do Des-

coberto, foi identificado o caso de uma escola, onde as crianças estudam em estrutura de container improvisada ao lado da obra paralisada. Já em Águas Lindas tem cinco obras de escolas do padrão século XXI abandonadas.

Amauri Ribeiro informou que também há casos de obras que teriam sido retomadas e até mesmo concluídas pelo atual governo, além de algumas que foram iniciadas sem que as anteriores fossem finalizadas. "Também tem obras que estão sendo assumidas pelas próprias prefeituras, como é o caso de uma unidade de saúde em Bela Vista de Goiás", conta.

A Assembleia Legislativa conta com o apoio do governador Ronaldo Caiado (DEM) nas investigações para apurar responsabilidades pela paralisação das obras em Goiás durante os governos de Marconi Perillo e de José Eliton. "Caiado está passando Goiás a limpo e nós, parlamentares, temos compromissos com a verdade, apurar os fatos do governo passado e pedir ao Judiciário punição a quem cometeu irregularidades".

## TCE aponta: Goiás é sexto no Brasil em obras paralisadas; são 116

O Tribunal de Contas goiano divulgou um levantamento que aponta que Goiás está entre os seis estados brasileiros com maior quantidade de grandes obras públicas suspensas ou paralisadas. Em Goiás, são 116 grandes obras paralisadas, alocadas em 113 contratos, segundo informaram os órgãos oficiais. Estão incluídas obras de responsabilidade da Goinfra, Saneago, Secretaria da Saúde, Secretaria de Indústria e Comércio,

Agehab, Codego e Ipasgo; aponta o tribunal.

O dado consta de um diagnóstico realizado pelos 33 tribunais de contas do país, entre os dias 15 de fevereiro e 15 de março deste ano, compilado pela Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Segundo a assessoria de imprensa do TCE, "o levantamento não é conclusivo, por ter sido obtido mediante pesquisa declaratória, a partir de um questionário elaborado pelos TCs e

aplicado junto aos jurisdicionais de cada um".

Para a obtenção desse diagnóstico preliminar, foram consideradas as obras com valores de contrato acima de R\$ 1,5 milhões e iniciadas a partir de 2009. Com base nesses critérios de referência, os tribunais de contas do Brasil detectaram 2.555 obras (paralisadas ou suspensas), com valores contratados que atingem a cifra de R\$ 89.559.633.165,90.

Os números mais expressivos

de obras paralisadas ou suspensas estão na região Sudeste do país: São Paulo com 325; Rio de Janeiro com 224; e Minas Gerais com 189. Dentre as razões gerais apontadas para a paralisação das obras, a suspensão de repasses de recursos conveniados é a mais relevante, com 20,9% das respostas. Os gestores também declararam pendências com as construtoras contratadas (20,5%), seguido de falhas no planejamento (19,1%).

Fábio Nogueira informou que esse primeiro diagnóstico servirá

como subsídio às próximas etapas. De acordo com o presidente da Atricon, a partir dessas informações, cada Tribunal de Contas elencará obras consideradas prioritárias - a exemplo daquelas que contemplam as áreas de saúde e educação - para um aprofundamento analítico das causas da paralisação, ou impedimento da continuidade dos serviços.

A lista produzida pelo TCE de Goiás foi encaminhada à CPI das obras paralisadas da Assembleia Legislativa.

## Goiás retoma obras federais com R\$ 66 milhões de recursos

"Menos Brasília, mais Brasil." Foi em solo goiano que o principal slogan do Governo Federal tem encontrado as condições perfeitas para o desenvolvimento de suas prioridades de gestão. Não à toa, em menos de seis meses, o Estado conduzido pelo governador Ronaldo Caiado foi escolhido para receber dois projetos pilotos nacionais. Em agosto de 2019, eram as sementes do "Em frente, Brasil" que caíam por aqui, com o intuito de reduzir ainda mais os índices de criminalidade. Agora, é o "Destrava" que surge no Cerrado para, depois, irrigar sua experiência para todo o País.

O programa é realizado pelo Comitê Executivo para Apoio à Solução de Obras Paralisadas,

integrado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Tribunal de Contas da União (TCU), Advocacia Geral da União (AGU), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Infraestrutura e Controladoria Geral da União (CGU). Em terras goianas, o projeto piloto tem a parceria do Governo de Goiás.

Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o ministro Dias Toffoli esteve em Goiânia, nesta segunda-feira (17/02), para o lançamento do programa que visa retomar 14

mil obras paralisadas em todo o Brasil. Para Toffoli, a junção de esforços interinstitucionais é imprescindível para a resolução dos principais problemas que afligem a sociedade brasileira.

O ministro defendeu que a Justiça não pode estar à margem desse processo e deve se aliar a outras instituições. Por isso, ele se reuniu, inicialmente, com os presidentes do TCU e da Atricon para realizar um amplo diagnóstico das obras paradas no País, que já acumulavam R\$ 200 bilhões em investimentos estagnados. Levantamento pronto, todos concordaram que deveriam desenvolver o projeto em Goiás, não só pela localização geográfica estratégica do Estado, mas, principalmente,

pelo protagonismo e experiência do governador Ronaldo Caiado em debates nacionais.

"Entendemos que promover a continuidade desses empreendimentos paralisados é impulsionar a economia e gerar empregos, elementos fundamentais ao desenvolvimento econômico, social e regional do País", destacou o presidente do STF em discurso, lembrando que desde o momento da concepção da ideia, em 2018, o projeto já contava com o apoio de Ronaldo Caiado.

Ao ministro, o governador Ronaldo Caiado retribuiu os elogios e pontuou que a gestão administrativa do "Destrava" segue a mesma linha que assumiu quando tomou posse no Palácio das

Esmeraldas, em janeiro de 2019. "Vejo que a interlocução entre os Poderes, no sentido de construir resultados, é o gesto mais importante para acharmos a saída para a resolução dos desafios que encaramos. É necessário existir uma convergência das pessoas que têm expertise público", defendeu Caiado.

Ministro do TCU, Raimundo Carreiro destacou que, especificamente ao Tribunal, coube o mapeamento para identificar as causas dos travamentos das obras. Foram realizadas auditorias em mais de 38 mil contratos e, identificadas, paralisações em 14 mil serviços públicos em diversas áreas, como Educação, Saúde, Infraestrutura, entre outras.



## Soluções tecnológicas tornam-se aliadas na fiscalização de obras públicas

Fiscalizar é uma das principais ações na gestão de obras públicas. Prova disso é a Resolução nº 1010, do CONFEA, que versa sobre a verificação e acompanhamento da execução de obras ou serviços no tocante ao cumprimento às especificações e aos prazos estabelecidos.

Mas esta é apenas uma parte de um processo que conta com diversos atores responsáveis pelo que acontece nos canteiros de obras. Para o fiscal, que deve atentar a possíveis falhas e ajustes, cabe também a avaliação efetiva. No Brasil, temos diferentes cenários, que passam pelos profissionais que atuam de forma convencional ou analógica - com as famosas medições e pranchetas -, mas também os que usam os recursos tecnológicos a favor dos resultados.

A inserção da tecnologia na fiscalização das obras confere mais precisão na gestão financeira da obra, facilitando o processo de acompanhamento e pagamentos, além de permitir a medição do realizado em tempo real, permitindo comparativos e permitindo eficiência e agilidade ao trabalho de fiscalização de obras públicas.

Segundo o Sebastião Helvécio, vice-presidente de Relações Institucionais do IRB, o uso da tecnologia permite ao fiscal acompanhar e atualizar in loco e em tempo real o andamento de uma obra, armazenando as informações de forma padronizada e gerando relatórios para atestar se há ou não a necessidade de ajustar cronogramas, liberar novos recursos ou aditar serviços, por exemplo.

A Carta de Foz, por exemplo, reforça as oportunidades trazidas pela revolução da informática para

aprimorar os seus processos de trabalho e adequá-los às novas demandas sociais. Além disso, também fala sobre a automatização de análises e processos simples, mas que demandará programas de capacitação dos servidores dos Tribunais de Contas neste campo de conhecimento, especialmente na análise de dados.

Sempre atento a este cenário, o IRB possui um acordo de cooperação técnica com o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP, que visa justamente o desenvolvimento de ações conjuntas para o aprimoramento da gestão e do controle de obras públicas, em especial para elaboração, divulgação e capacitação de Orientações Técnicas, de Procedimentos de Auditoria de Obras Públicas e das NBASPs.

O IBRAOP publicou uma carta aberta em que analisou o problema das obras paralisadas no país e propõe, dentre outras ações, que haja na Administração Pública uma estruturação de todas as unidades técnicas de engenharia, em todas as esferas de governo, contando com profissionais capacitados e habilitados, equipamentos e tecnologia de ponta.

O IRB também participa dos debates nacionais para solucionar o problema das obras paralisadas no Brasil e, durante reunião em Brasília, discutiu sobre a criação de um cadastro nacional de obras. Segundo Sebastião Helvécio, vice-presidente de Relações Institucionais do IRB e representante nesta reunião, "o próximo passo será a melhor estruturação tecnológica dos entes públicos executantes e fiscalizadores de obras".

É neste contexto que a NBASP e uso de tecnologia exercem um papel fundamental. "Após a definição do objetivo da auditoria (se de conformidade, operacional ou financeira), após a escolha das grandes áreas a serem fiscalizadas, da identificação das partes e usuários da auditoria, cabe ao responsável pela fiscalização definir o objeto da auditoria e seus critérios. No caso de uma auditoria de conformidade de obras públicas de pavimentação, após a fase de planejamento, o TC precisará delimitar o objeto de auditoria, e seus respectivos critérios, com base no nível de asseguarção que o usuário precisa, com base na análise da estrutura da entidade a ser auditada e com base na avaliação dos controles internos das entidades", explica o **conselheiro**.

Vale lembrar que as soluções tecnológicas possibilitam que os gestores tenham uma visão global do andamento do projeto em todos os seus aspectos: planejamento estratégico, cronograma, orçamento, fiscalização, prestação de contas e transparência. Por serem focadas nessa atividade, é importante que contemplem todas as normas e pré-requisitos fundamentais para o trabalho de um fiscal e demais profissionais do setor público.

Na fase de planejamento, por exemplo, se o sistema de controle interno da parte responsável já utiliza tecnologias de varredura a laser na fiscalização dos contratos de obras de pavimentação, o TC já validará os controles e mensurará a necessidade de ampliar ou não os procedimentos para coleta de eventuais não conformidades.

---

Se o sistema de controle interno é eficiente para detectar as divergências relacionadas à questões técnicas de falhas na execução dos contratos de pavimentação, então este critério tem um risco baixo. Porém, por outro lado, se o sistema de controle interno é falho, o risco de não conformidade é alto, e, por isto, há subsídios para que os critérios técnicos façam parte do escopo da auditoria.

O uso de tecnologias também pode ser eficiente na fase de execução da auditoria se a Entidade de Fiscalização utilizar da tecnologia para a coleta de evidências de auditoria. "O auditor deve selecionar uma combinação de técnicas

de auditoria que lhe permita formar uma conclusão com o nível de asseguarção estabelecido, que pode envolver técnicas como observação, inspeção, indagação, confirmação externa, reexecução, recálculo, testes substantivos, testes de controles-chaves e procedimentos analíticos. E todas as técnicas podem se valer da tecnologia adequada", explica Helvécio.

Outro ponto positivo na relação da solução digital com a fiscalização de obras públicas está na influência que exerce na rotina de trabalho do fiscal, otimizando o seu tempo. Caso não use uma solução tecnológica para fazer in loco os registros da fiscalização, ele certamente precisará se dedicar à elaboração dos laudos de cada obra visitada.

Se é possível que todo o trabalho seja feito com o auxílio de uma ferramenta especializada, o ganho de tempo favorece a rotina e aumenta as chances de que a obra seja realizada conforme o esperado (gastos, materiais e prazos) e, por consequência, com os recursos públicos sendo bem aplicados. "Ainda que algo esteja divergente do planejado, é possível antecipar seu impacto e planejar a execução do projeto fazendo-o andar o mais próximo possível do plano inicial, ou seja, ou seja, se houver atraso, a culpa não será na demora do fiscal em executar seu serviço".

Por fim, o processo de fiscalização com ferramentas digitais traz benefícios no aspecto financeiro. Isso porque o pagamento das empreiteiras e dos fornecedores ocorre em etapas, de acordo com os avanços da obra. Com uma fiscalização mais precisa, o processo de acerto dos serviços fica mais justo para todas as partes, seguindo o planejado no projeto inicial, respeitando as regras estabelecidas.

Um exemplo é o utilizado pelo **Tribunal de Contas do Estado** de São Paulo (TCESP), que lançou em 2019 o Painel de Obras Atrasadas ou Paralisadas - ferramenta digital de acesso público - que permite ao cidadão fiscalizar e acompanhar a execução de mais de 1.500 obras situadas nos municípios e no Estado.

No DNIT, por exemplo, a metodologia é aplicada ao Projeto Piloto PROARTE - que busca a reabilitação e manutenção de pontes e viadutos da malha rodoviária Federal (caso da BR 364 em Rondônia e Mato Grosso); e em estudos de levantamento topográfico com drones e uso de tecnologia de laser scanner para a melhoria da estrutura de pontes e da segurança viária de rodovias (caso da BR 230 em Tocantins).

Já o **Tribunal de Contas do Estado** do Paraná (TCE-PR), utiliza drones nas auditorias de obras paralisadas, de unidades habitacionais e de pavimentação. Nove obras, localizadas em seis municípios, já foram fiscalizadas com a ferramenta. As fotos captadas pelo drone são incluídas nos processos do TCE, enquanto que, as imagens, viabilizam a inclusão de medições precisas de área e volume, entre outros detalhes para o processo, como a capacidade de distância e declividade horizontal de vias, por exemplo.

Outro exemplo vem do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (TCE-GO) que utiliza o laser scanner, o após análise de critérios, como custo-benefício, versatilidade, independência para a operação e longevidade. O equipamento permite a realização de levantamentos topográficos planialtimétricos por meio da varredura laser scanner, obtendo o maior número possível de informações da superfície representada. Sua utilização reduz consideravelmente o tempo de resposta dos resultados e permite a captura de informação topográfica em lugares inacessíveis. Entre os casos de sucesso, as auditorias realizadas no Aeroporto de Cargas e no Centro de Convenções de Anápolis.